

XXII Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Intervenção de Sua Excelência Maria do Carmo Silveira
Secretária Executiva da CPLP
Sessão de Trabalho

Santa Maria, Ilha do Sal, 17 e 18 de julho de 2018

Senhor Doutor Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde e Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Excelência,

Senhores Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da CPLP, Excelências,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, Excelência,

Senhoras Ministras e Senhores dos Estados-Membros da CPLP,

Excelências, Senhores representantes dos Estados Observadores Associados,

Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo Diplomático e Representantes de Organismos internacionais,

Senhor Presidente do BAD,

Senhor Diretor Geral da FAO,

Distintos convidados,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me começar por renovar os cumprimentos a Vossas Excelências e as felicitações à República de Cabo Verde por assumir a Presidência *pro tempore* da CPLP e pelo oportuno tema escolhido para o próximo biénio.

Congratulo mais uma vez o governo do Brasil pelo bem-sucedido exercício da Presidência *pro tempore* da CPLP no biénio que agora se encerra.

Permitam-me ainda, agradecer a Sua Excelência Presidente Michel Temer, pelo acolhimento, sempre caloroso, e pelo inestimável apoio que recebi de todas as autoridades Brasileiras, não apenas no Brasil, mas em todos os países que tive a oportunidade de, ao serviço da CPLP, visitar ao longo dos últimos 18 meses.

Excelências,

Os relatórios do Secretariado Executivo apresentados ao Conselho de Ministros em julho de 2017 e no pretérito dia 16 dão conta, de modo abrangente, do conjunto de atividades empreendidas no cumprimento dos mandatos estabelecidos pelos órgãos de decisão da nossa Organização.

Permitam-me que, hoje, apenas compartilhe com Vossas Excelências breves reflexões, de cariz geral, suscitadas no exercício do meu mandato.

Pude perceber, em inúmeras conversas formais e informais com autoridades governamentais e representantes da sociedade civil dos nossos Estados-Membros, que as assimetrias de desenvolvimento existentes entre os nossos Estados levam a que se gerem expetativas diferenciadas relativamente à pertença de cada Estado-Membro à CPLP.

Contudo, apesar de distintas, essas expetativas apresentam algo em comum: apontam para a necessidade de a CPLP se aproximar mais dos seus cidadãos, de o seu trabalho ser mais focado na ação e orientado para resultados práticos geradores de impacto efetivo.

Neste contexto, creio que alguns temas merecem especial atenção.

Desde logo, o tema da mobilidade.

Acredito haver uma perceção compartilhada de que favorecer a circulação dos cidadãos dos Estados-Membros no espaço da CPLP constitui fator essencial para o seu avanço e aprofundamento.

Entretanto, percebo, também, que as perspetivas sobre como atingir esse objetivo variam de acordo com a realidade de cada país, que deve ser levada em conta e respeitada.

Neste âmbito, foi possível, ao longo do último ano, reabrir o debate a nível técnico sobre os desafios e oportunidades da mobilidade no espaço da CPLP. Espero que, num futuro próximo, este debate possa resultar em avanços efetivos no que se refere à plena implementação dos instrumentos de que já dispomos nesta área, bem como ao aprofundamento e desenvolvimento de mecanismos capazes de facilitar a circulação de pessoas entre os nossos Estados-Membros.

Outro tema digno de realce é o fortalecimento institucional no quadro dos princípios do Estado de Direito Democrático, que continua a ser uma questão prioritária para a nossa Comunidade.

Neste contexto, a realização de Missões de Observação Eleitoral da CPLP tem desempenhado, historicamente, um papel relevante, permitindo à nossa Organização, dentro das limitações impostas por restrições orçamentais, marcar presença em processos eleitorais dos Estados-Membros que a têm solicitado.

Assim, em 2017 foram realizadas duas missões de observação eleitoral: uma às eleições gerais em Angola e outra às legislativas e autárquicas na Guiné Equatorial.

A propósito, devo notar que, nos próximos meses, alguns dos nossos Estados-Membros realizarão eleições a vários níveis. Dois Estados (Moçambique e São Tomé e Príncipe) já solicitaram, formalmente, à CPLP a realização de Missões de Observação às respetivas eleições.

No que concerne à cooperação, tem-se registado um aumento das suas atividades no âmbito da CPLP, como resultado da multiplicação de fóruns setoriais de atuação.

Embora positiva, na medida em que testemunha o compromisso de diversas áreas governamentais com a cooperação na CPLP, esta expansão de atividades coloca, também, novos desafios no sentido de exigir maior coerência, articulação e harmonização entre todos os atores envolvidos no processo, de forma a criar sinergias entre as inúmeras iniciativas, evitando a duplicação de esforços e aumentando a eficácia na utilização dos recursos disponíveis.

Neste sentido, considero especialmente relevante o exercício de reflexão realizado pelos Pontos Focais de Cooperação ao longo dos últimos dois anos e que resultará na elaboração de propostas de um Plano Estratégico de Cooperação e de um Manual da Cooperação na CPLP, que procurarão promover maior interação entre as dimensões política e técnica da cooperação.

Não será possível enumerar, aqui, as diversas reuniões setoriais e encontros técnicos realizados nos últimos doze meses.

Contudo, gostaria de me referir a alguns dos resultados dessas reuniões, como a assinatura da Carta de Lisboa para o Fortalecimento da Agricultura Familiar; a aprovação da segunda edição do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde; a

proclamação de 2018 como o Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas; a adoção da Agenda Digital da CPLP; a criação da Comissão de Património Cultural da CPLP; e a realização da primeira Oficina do Repositório Científico da CPLP, além de importantes eventos de formação na área da educação e do ensino do português.

Ainda no campo da cooperação, permitam-me uma menção particular à cooperação económica e empresarial, identificada na Nova Visão Estratégica como um dos eixos prioritários de atuação.

Ao longo dos últimos meses, setores empresariais dos Estados-Membros da CPLP têm-se organizado para formular propostas concretas para o fomento do comércio e investimentos entre os nossos países. Por ocasião da minha participação na 1ª Conferência do Mercado CPLP, realizada em Maputo no pretérito mês de maio, pude verificar, pessoalmente, a expectativa que o empresariado dos nossos países alimenta em relação à adoção destas medidas. A intensificação do diálogo entre as autoridades responsáveis pelas áreas da economia e finanças poderá constituir um passo importante nessa direção.

No domínio da promoção e difusão da língua portuguesa, merece destaque o interesse crescente que a nossa língua tem vindo a despertar fora dos limites geográficos dos Estados membros, bem

como os desafios que persistem em matéria de domínio da língua portuguesa em alguns dos nossos Estados.

Tenho acompanhado com grande interesse e admiração o empenho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa na promoção e difusão do nosso idioma comum.

O trabalho que vem sendo realizado pelo IILP no apoio à elaboração dos vocabulários ortográficos nacionais e na produção de conteúdos para o ensino da língua portuguesa, apesar das dificuldades operacionais e financeiras vividas pelo Instituto, é um exemplo e uma amostra do que pode vir a ser uma efetiva estratégia multilateral conjunta de projeção e internacionalização da língua portuguesa.

Considero, assim, que fortalecer o IILP deve ser também uma prioridade dos Estados-Membros. O cabal acompanhamento das iniciativas definidas nos Planos de Ação de Brasília, de Lisboa, e agora de Díli requer um IILP mais robusto.

De igual modo, a CPLP tem vindo a reforçar a sua colaboração com outros organismos internacionais e a marcar, também, a sua posição na defesa do multilinguismo nas relações internacionais, em concertação com organizações de cariz linguístico, nomeadamente, a Organização Internacional da Francofonia e a Secretaria-Geral Ibero-americana.

Neste contexto, tive a honra de, em conjunto com as Secretárias Gerais destas Organizações, lançar um “Apelo por um Humanismo Universal” por ocasião da Conferência de Montreal do Fórum Economico Internacional das Américas, realizada em junho de 2017.

Este Apelo, que contou, igualmente, com a participação da Secretária Geral da Commonwealth, foi lançado nas línguas oficiais das quatro organizações envolvidas, tendo sido repetido por ocasião da conferência da OCDE, em Paris, em dezembro último.

Ainda no quadro desta colaboração entre a CPLP, a OIF e a SEGIB, tive a oportunidade de, uma vez mais acompanhada das respetivas Secretárias-Gerais, discutir a importância do multilinguismo em encontros com a Senhora Vice-Secretária-Geral da ONU, Amina Mohammed, e com um grupo de Representantes Permanentes dos Estados-Membros das nossas organizações junto da ONU.

Excelências,

Senhoras e Senhores,

Se, por parte de cidadãos e governantes dos nossos Estados-Membros, pude constatar a expectativa de que a ação da CPLP apresente resultados mais visíveis e concretos, testemunhei também, por outro lado, a crescente visibilidade que a CPLP vem granjeando na esfera internacional.

Desde há alguns anos, tem sido crescente o interesse manifestado por muitos Estados em se aproximarem da CPLP por meio do estatuto de Observador Associado. A nossa Organização possui, hoje, mais Observadores Associados do que Estados-Membros e este número deverá aumentar exponencialmente nesta Cimeira, com a apreciação das nove candidaturas submetidas.

É certo que cada Estado que se aproxima da CPLP, fá-lo movido por interesses próprios, em função das suas estratégias de política externa.

Mas creio, também, que há algo nesse interesse coletivo pela CPLP que devemos compreender e explorar melhor em prol do fortalecimento da nossa Organização.

Acredito que tal interesse se deve, não só, ao potencial estratégico e económico que os nossos Estados-Membros encerram, como, também, à capacidade política que têm demonstrado de concertar posições em foros internacionais.

Os pronunciamentos conjuntos sobre temas de interesse comum concorrem, simultaneamente, para o fortalecimento da Organização e a projeção dos interesses de cada Estado-Membro.

Excelências,

Nos últimos dezoito meses, tive a oportunidade de efetuar visitas oficiais e de trabalho a quase todos os Estados-Membros.

Em todos eles, fui recebida com extrema atenção e hospitalidade pelas autoridades locais. Quero expressar aqui o meu profundo agradecimento pelo tratamento recebido, que muito me honra.

De igual modo, reitero os meus agradecimentos ao Estado Português pelo bom acolhimento e atenção que me têm sido dispensados.

A todos os Estados-Membros agradeço a confiança que, em mim, tem sido depositada e todo o apoio que tenho recebido desde o início do meu mandato.

Excelências,

A CPLP não é um fim em si. É um instrumento para o desenvolvimento interno dos seus Estados-Membros e para a respetiva projeção internacional.

E, como tal, será aquilo que os seus Estados-Membros quiserem e fizerem dela. A plena realização do seu potencial dependerá do nível de engajamento de cada Estado-Membro e dos meios políticos e materiais que os mesmos estiverem dispostos a investir para a concretização desse projeto coletivo.

Reitero a minha determinação e o meu compromisso em continuar a honrar, da melhor forma possível, toda a confiança e o apoio recebidos de Vossas Excelências, assim como, a trabalhar em prol da plena realização do potencial da CPLP e da construção de um futuro de paz, justiça e prosperidade para todos os cidadãos da nossa Comunidade.

MUITO OBRIGADA PELA VOSSA ATENÇÃO